



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 13 | Nº. 25 | Jul./Dez. de 2021

**Marcio Nicolau**

*Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro / UFRRJ.*

marcioanicolau@gmail.com

## MICROPOLÍTICAS DE GÊNERO: o acontecimento Thelma Lipp em São Paulo, anos 1980.

---

### RESUMO

Neste artigo, destaco Thelma Lipp. A partir de discursos da imprensa, analiso como, em meados dos anos oitenta, Thelma contribuiu, a seu modo, para desestabilizar a cisgeneridade como norma. Agenciando a noção de transexual, produziu sua individuação, participando de certa economia discursiva que, na forma de um controle-estimulação, naturaliza a produção de corporeidades.

**Palavras-chave:** Thelma Lipp. Gênero. Subjetividade.

## GENDER MICROPOLITICS: the Thelma Lipp event in São Paulo, 1980's.

---

### ABSTRACT

In this article, I highlight Thelma Lipp. Based on press speeches, I analyze how, in the mid-eighties, Thelma contributed, in her own way, to destabilizing the cisgender norm. Managing the notion of transsexual, produced her individuation, participating in a certain discursive economy that, in the form of a control-stimulation, naturalizes the production of corporeities.

**Keywords:** Thelma Lipp. Gender. Subjectivity.

## Considerações iniciais<sup>1</sup>

Que relações podemos considerar entre a chamada heteronorma e a produção de abjeção? Neste artigo, focalizando o acontecimento Thelma Lipp, abordo os jogos de poder que articulam como estratégias o incentivo, a indução, o facilitar, o dificultar, a sedução. Micropolíticas de gênero que se esforçam por reiterar a pretensa estabilidade corporal de “homem” e “mulher”, naturalizando a cisgeneridade como norma. Destaco subjetividades que, em meados dos anos oitenta, tensionaram o presumido dimorfismo sexual, construindo sua individuação apoiadas na noção de transexual. Em que medida essas subjetividades minam políticas de corpos binárias? Como participam da economia política de discursos que, exercendo um controle-estimulação, produz e estabiliza a cisheteronormatividade?

Cumprir explicar que estou me valendo aqui da noção de discursos como conjunto de acontecimentos discursivos, noção que dá ao “acontecimento” um estatuto contingencial, ligado aos problemas da regularidade, causalidade, descontinuidade, dependência e transformação. Tomo, assim, o “acontecimento” como cortes que irrompem e que são efeito no âmbito da materialidade, cabendo descrever as condições de sua aparição, que “consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais; não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito de e em uma dispersão material” (FOUCAULT, 2012b, p. 54).

Como veremos, Thelma Lipp “acontece” na discursividade da imprensa como “a outra mulher mais bonita do Brasil”, referida como a “resposta paulista a Roberta Close”, em 1984. Naquele ano, Roberta é a primeira mulher não cisgênera a tornar-se capa da Playboy, famosa publicação de nu que, na ocasião, foi lançada nas bancas com a seguinte chamada: “as fotos revelam porque Roberta Close confunde tanta gente”. Na esteira desse histórico ensaio fotográfico de Close, Thelma, também clicada pela revista, produz para si, como estética, o *status* de símbolo sexual, musa paulista, em 1984. Veremos como, naquele momento, a discursividade em torno de gêneros, desejos, sexualidades, esforçava-se por reiterar versões naturalizadas de homem/mulher tidas como originais, essenciais, excitando a “estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências” (FOUCAULT, 2012a, p. 116-117). Thelma escapa do regime de

---

<sup>1</sup> O texto é um desdobramento do projeto de doutoramento.

visibilidade/dizibilidade que busca regular corporeidades, subjetivações? Enfraquece o poder cisheteromascuino?

Para uma análise enunciativa histórica (FOUCAULT, 2014) do acontecimento Thelma Lipp, parto aqui da trama discursiva enxergada nas séries formadas dos periódicos *Folha* e *Estado de S. Paulo* dos anos oitenta. Problematizo, na enunciação jornalística, as escolhas temáticas, correlações, ênfases. Considero que a imprensa participa do acontecimento jornalístico, formando os objetos discursivos de que fala. Tendo em vista que o jornal “seleciona, ordena, estrutura e narra” (DE LUCA, 2005, p. 139-140), tomo a enunciação jornalística como práticas de governo que penetram nos modos de subjetivação.

Entendendo que gênero e sexualidade não são objetos *a priori* e sim construções históricas, discursivas, complexificando versões do “real”, forjadas e oferecidas na e pela imprensa. Discursos que materializam a heterossexualidade, atualizam o código binário masculino/feminino, constituindo historicamente a cisgeneridade como “evidência”. Busco aqui problematizar hierarquizações que afirmam pessoas não-cis como “o outro” de pessoas não-trans (LOPES, 2018). Dentre as possíveis formulações em torno da norma cis, estou me aproximando do entendimento de Bonassi (2017, p. 25), para quem cisgeneridade, como conceito, funciona para questionar a transparência em torno de pessoas “que são reconhecidas pelos comportamentos atribuídos aos sexos/gêneros de nascimento e de registro e que por isso acessam com mais facilidade a cidade (postos de saúde, escolas, universidades, ruas, lojas, entre outras)”. Acompanhando Bonassi, cabe complicar a suposição de que pessoas cisgêneras são aquelas “felizes” com a sua visão de si, ou seja, identificadas com o gênero que lhes foi designado ao nascer. A cisgeneridade, enquanto normatização, é instável, histórica, não essencial. Entendida como um modelo regulatório, é irrealizável; não se materializa em corporeidades perfeitamente adequadas aos seus preceitos, sendo produzida por reiteração, histórica e discursivamente.

A partir de ferramentas de análise discursiva arqueogenéticas (ARAÚJO, 2007), descrevo, nas séries definidas, as históricas condições de emergência dos enunciados enxergados nos conjuntos noticiosos. Tomando a “notícia” como prática discursiva instituinte, analiso tais enunciados em seu encadeamento, ordem, explicando suas possíveis correlações, posições, funcionamentos e persistência temática. Esta análise não se propõe a desvendar “significados” ou “intenções” supostamente ocultas, mas considerar o complexo feixe de relações que constituem (por rarefação e

positivação) os limites do dizível/visível (FRANZONI; RIBEIRO; LISBOA, 2011). O “publicado”, assim, emerge como um saber feito de visibilidade, legibilidade (VOGEL, 2009), que possibilita a formação de discursos, permitidos por regras historicamente condicionadas.

Abordo os jornais *Folha* e *Estadão* como lugares de enunciação complexa, condicionada e possibilitada por relações de poder anônimas. Admito assim que “o sujeito do discurso não é a pessoa que realiza um ato de fala [...], o sujeito é aquele que pode usar determinado ato enunciativo por seu treinamento, pelo seu posto institucional ou competência técnica” (ARAÚJO, 2007, p. 07-08). Penso a discursividade jornalística como um entrelaçamento que se constitui de trocas, complementaridade funcional, divisão de atribuições, diferenciações que, apagando marcas subjetivas dos e nos textos, produzem, na forma de “notícias”, a trama da facticidade e objetividade jornalística. A partir de ferramentas de análise foucaultianas, podemos enxergar, no discurso jornalístico, o entrelaçamento de elementos diversos, que se referem ao *status* ou função de “jornalista”, a lugares institucionais e a posições de sujeito, instaurando um feixe de relações (MOURA, 2008).

Ao assumir o desafio de historicizar, a partir de discursos da imprensa, a grelha de coerções governamental que intervém, microscópica, no corpo social (a partir de saberes e aparelhos específicos, como o jornalismo), mobilizo o conceito de gênero performativo. A performatividade de gênero, entendida, não como “ato” singular, voluntarista, mas como discurso que trabalha para materializar, por reiteração, os efeitos daquilo que nomeia,

[...] é a reiteração de uma norma ou de um conjunto de normas, e na medida em que adquire a condição de ato no presente, ela oculta ou dissimula as convenções das quais é uma repetição. Além disso, esse ato não é primariamente teatral; de fato, sua aparente teatralidade é produzida na medida em que sua historicidade permanece dissimulada (e, reciprocamente, sua teatralidade ganha certa inevitabilidade dada a impossibilidade de divulgar de forma plena sua historicidade) (BUTLER, 2020, p. 34).

Acompanho, aqui, os deslocamentos possibilitados pelo criticismo foucaultiano. Evocando o sentido de história genealógica, atenta à linguagem/discurso, considero a suspeita lançada por Foucault em relação a universais antropológicos. Dessa proposta, emerge o conceito de gênero enquanto crítica aos essencialismos, que enseja a desconstrução de qualquer oposição binária (homem/mulher, masculino/feminino) aceita como autoevidente e generalizável. Assumindo que a historiografia constrói gênero, no presente, busco me valer da categoria crítica “gênero” para pensar modelos não

substanciais de individuação, em conexão com a noção foucaultiana de poder (positivo, produtivo, em rede). Poder exercitado por meio de relações contingentes, parciais, que geram efeitos inesperados, singularidades, discursivamente constituídas, as quais escapam a grades de leitura englobantes. A emergência da categoria gênero, a partir de teorias/práticas que historicizam e desconstruem a fixidez a-histórica essencialista das identidades rígidas, tidas como naturais, funcionam como ponto de partida para reflexões sobre poder, atuação e resistência. Por resistência, entender aqui a possibilidade de ressignificação das normatividades sexuais e de gênero que oferecem aos sujeitos condições de reconhecibilidade. Práticas micropolíticas que reorganizam as condições de existência vigentes, as quais estabelecem quem será considerado “legível”, “inteligível” e quem não será. Como os “ilegíveis” podem, a partir de sua exposição comum a diferentes violências de gênero, criar formas de resistência? (BUTLER, 2019)

A performatividade, como aponta Butler, não determina os sujeitos. Ao nascer, somos designados, nos atribuem um gênero. Essa atribuição é um ato contínuo, inacabado e inacabável, que tomamos, muitas vezes, como fato natural, consumado. O acontecimento Thelma Lipp, olhado de perto, indica que os corpos são constituídos, “feitos”, mas não passivamente inscritos. Sugere não a ideia de sujeito monolítico, essencial, assujeitado, nem plenamente autoestilizado, mas subjetivações temporalmente corporificadas, originárias, não originais, cabendo falar em modos autodeterminados e potencialmente subversivos de vida, que não se confundem com a noção de sujeito. Não havendo fazedor por trás do feito e nenhuma materialidade acessível senão pela linguagem/discurso, podemos afirmar que a realização dos corpos, sua materialização, consiste em uma estilização. Ou seja, implica na prática do cuidado de si, que se traduz como invenção de uma estética e ética, na constituição de si como artesão da própria vida, um trabalho que é, ao mesmo tempo, não livre e não determinado. Na seção a seguir, enfocando Thelma Lipp, penso os limites e as possibilidades de um sujeito autor, destacando a criatividade como estratégia para desestabilizar mecanismos identitários binários, os quais produzem um sujeito “normal”. Em vez de renaturalizar normatizações, podemos, com essa reflexão, vislumbrar modos diversos pelos quais gênero é historicamente construído/negociado/subvertido.

### **Close em Thelma Lipp**

Nascida em São Paulo, em 1962, Thelma Lipp é referida, na imprensa, aos vinte e dois anos, como “resposta” de São Paulo a Roberta Close. Em 1984, foi publicado um

ensaio sugestivamente intitulado *As rivais de Roberta Close*, na edição de outubro da *Playboy*, protagonizado por Thelma. Abrindo o ensaio, duas imagens fotográficas (reproduzindo Thelma e outra modelo), seguidas do texto: “*Quem é quem? Muito fácil. Pelas fotos das páginas seguintes, você verá que uma delas é quase uma sócia perfeita de Roberta Close. A sócia é Suzanne. A mulher de verdade*”. Esse jogo, imagem-texto, explorava, como vimos, a questão da identidade de gênero e o estatuto de “mulher de verdade”. O pretexto eram as fotos de Close na revista, meses antes.

Nascida no Rio de Janeiro, em 7 de dezembro de 1964, no tradicional bairro de Santa Teresa, Roberta Close é notícia no país, aos 20 anos, designada a “mulher mais bonita do Brasil”, naquele 1984. Entre maio e outubro deste ano, sucedendo ao histórico ensaio na *Playboy*, Roberta Close torna-se popular, assumindo a condição de celebridade. Travesti? Transexual? Recebida de modo festivo em eventos, investida de elogios, Roberta firma seu nome como modelo e atriz. Figura assídua em bailes de carnaval, retratada em colunas sociais e programas de televisão. Mais tarde, afastando-se do país, ela inicia uma luta judicial pela afirmação legal de sua autoidentificação de gênero. Cumpre ressaltar que Roberta sempre se viu como mulher. Tal como os ditos homens e mulheres cis(gênero), Roberta vive a construção de seu gênero, revelando que o “natural” e o “real” são constituídos como efeito de verdade. Em fins dos anos setenta, por volta dos 14 anos, Roberta já refutava a designação de gênero que lhe atribuíam os familiares e a escola, performando o gênero com o qual se identificava. Conforme conta em sua biografia, um relato de si escrito em terceira pessoa pela jornalista Lucia Rito (1998, p. 51), a figura encarnada pela atriz Sonia Braga na trama *Dancin' days*, exibida pela TV Globo, inspirava Close, naquele momento: “não desisti. Comprei uma peruca como a da Sonia Braga na novela *Dancin' days*”, ela diz.

Nessa passagem, podemos enxergar o modo como Roberta Close constitui para si referências. Importante destacar que estou me referindo ao relato biográfico como um modelo de relato que não revela um si-mesmo anterior, preexistente, mas consiste num modo público de aparição que realiza a própria constituição de si (BUTLER, 2017). Essa noção admite a subjetivação como relações de poder que exercemos e que são exercidas sobre nós, discursivamente.

No verão de 1981, o gênero morena-bronzeada-carioca, assumido por Roberta, atrai olhares de empresários. Clicada seminua para uma revista intitulada *Close*, Roberta começa a ter seu nome projetado nacionalmente. Em 1983, a pretexto de uma peça publicitária na qual figurou como modelo, Roberta é matéria na *Folha de S. Paulo*:

Tem coisas que a gente pensa que é, mas não é” alerta a morena bonita, de cabelos longos e físico perfeito, no comercial mais comentado, atualmente, da televisão carioca. Os comentários não ficam só por conta da beleza da moça, mas do seu sexo: na verdade, trata-se de um travesti, Roberta Close, que já foi considerada “uma das mulheres mais bonitas do Brasil” e ganhou até capas em duas revistas argentinas como “modelo da beleza e da sensualidade da brasileira.

E foi a beleza de Roberta que chamou a atenção do publicitário Francisco Abréia no aeroporto Santos Dumont, há alguns meses. Quando lhe disseram que se tratava de um travesti, surpreendeu-se e decidiu convidá-la para a campanha que a agência Artplan estava elaborando para uma fábrica de armários modulados. A ideia era mostrar ao consumidor que ele pode se enganar ao se deixar levar apenas pela aparência.

Logo que o anúncio começou a ser veiculado, nada alterou a rotina de Roberta, pois o comercial – aparentemente desprezioso – não deixa transparecer que se trata de um travesti. Em 30 segundos, Roberta – com vestido decotado, pernas cruzadas e ar sensual – ressalta, diante de um armário, os atrativos do produto, alertando, no final, para que o consumidor tenha cuidado com as imitações.

Quando o grande público, através de um trabalho de divulgação feito pela própria agência, ficou sabendo que a “moça” não é o que parece ser, Roberta virou estrela. [...]

Roberta não se acha um travesti, embora use sempre a palavra para se definir. Diz que age assim para deixar a situação bem clara para as pessoas (“não tenho nada a esconder nem do que me envergonhar”), pois muita gente não entende o que é um transexual: “travesti é quem se veste de mulher; transexual é quem se sente realmente mulher embora tenha nascido com corpo de homem”. E Roberta Close é uma mulher: dificilmente, quem a ver de perto – mesmo sabendo seu sexo real – sente-se diante de um homem. Da voz à aparência, trata-se de uma moça bonita – 1,78m de altura, manequim 42, cabelos de causar inveja [...] (FOLHA DE SÃO PAULO, 1983, p. 31).

Roberta, vimos, emerge como um desafio à ordem discursiva “que requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre ‘feminino’ e ‘masculino’, em que estes são compreendidos como atributos expressivos de ‘macho’ e de ‘fêmea’” (BUTLER, 2015, p. 240). Conduzindo à lógica da existência como imagem, complica a distinção convencionalizada aparência/realidade. Abala a racionalidade pela qual aceitamos como “real” a natureza construída dos gêneros, expondo os limites da matriz de inteligibilidade cis e hétero. Ao mesmo tempo, cristaliza essa ordem, reiterando que “passar como mulher” é sempre a naturalização de artifícios. O que significa dizer que os gêneros são ficções, nem verdadeiras, nem falsas, mas reguladas. Materializações, que são sempre representadas, não originais, mas cópias de cópias de cópias. Construções tornadas discretas, disfarçadas de natural, ou seja, aceitas como “natureza” ou “interioridade” ou “essência”, embora superficiais, forjadas, históricas.

Cumprido dizer: ao me referir às corporeidades como devir histórico, não desconsidero que “os corpos vivem e morrem; comem e dormem; sentem dor e prazer; suportam a enfermidade e a violência” (BUTLER, 2020, p. 11). Históricas normas sexuais

e de gênero desrealizam a multiplicidade de posições corporificadas existentes, cabendo historicizar as relações sempre interdependentes nas quais o corpo existe, problematizando as noções de “materialidade” e “corpo”, de modo a conceber corpos fora da vida sexual reprodutiva, entendendo que o corpo não é mimetizado ou representado pela linguagem, mas produzido, construído performativamente. Como abordo a insistência pública de certos corpos em “aparecer”? Como forma de tornar legíveis os modos corporificados de existência fora da conformidade de gênero. Considero tais atos corporais performativos como possibilidade de ressignificar, ainda que provisoriamente, os modos de corporificação disponíveis, possíveis. Atuando pela condição de reconhecimento, essas subjetividades são produzidas

quando as condições limitadoras pelas quais somos feitos provam-se maleáveis e replicáveis, quando determinado si-mesmo arrisca sua inteligibilidade e reconhecibilidade em um convite para expor e explicar as maneiras inumanas em que ‘o humano’ continua a ser feito e desfeito (BUTLER, 2017, p. 168-169).

O acontecimento Roberta Close, em 1984, desestabiliza o binarismo assentado no corpo-sexuado. Promove uma abertura no horizonte da cisheteronormatividade enquanto modelo discursivo/epistemológico. Roberta, ao burlar o sistema<sup>2</sup> que afirmava como ilegal seu nome, sua individuação, constituindo uma identidade jurídica como artista, abala o regime de verdade que refaz gêneros nos RGs, vestuários, gestos, códigos de portas de banheiro (PRECIADO, 2019), etc. Desafia a transfobia (não nomeada à época), re-existindo ao sistema que produz e apoia o “conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder” (FOUCAULT, 2021, p. 53). Sem descreditar os históricos mecanismos de construção de gênero, Roberta desvia tais mecanismos de seus objetivos originários. Luta, como nos ensina Butler (2017), em um campo facilitador e limitante que forma e organiza o horizonte epistemológico/ontológico a partir do qual e em relação ao qual os sujeitos podem se constituir historicamente.

Designada como um “corpo perfeito”, “mulher para homem nenhum botar defeito”, Roberta Close encarna uma ideia de mulher ideal, que renaturaliza formas datadas de concebermos os gêneros, desejos e corporeidades. Agenciando a noção de transexual como técnica de si e como estratégia de diferenciação, ressignifica os termos

---

<sup>2</sup> “Cistema”, aqui, faz referência ao modelo de organização de sociedade cissexista que, operado a partir da matriz heterossexual, branca e masculinista, naturaliza pessoas não-trans como “biológicas” (em termos médicos, legais e políticos), garantindo-lhes privilégios.

políticos que articulam identidades com *status* performativo de “natural”. Em contato com a ordem discursiva médica hormonal que funciona como produção de gênero, que insinua a hormonização como sinônimo de normalização (PRECIADO 2010), Roberta, como veremos, cita o discurso médico que advoga, naquele momento, a especificidade do “fenômeno transexual”. Toma para si a formulação médica, endossando a noção de corpo transexual como corrigível, numa teia discursiva que, qualificando travestis como estereótipos, “caricaturas femininas”, aproxima transexuais da noção de heterossexualidade. Renaturaliza, assim, homem/mulher, pela especificação de “antinomias”, “disparidades”, “discrepâncias”.

A história de Roberta Close é a mesma história de todas as pessoas que resolveram mudar seu sexo. É a vida. Ela nasceu sagitariana, num 7 de dezembro, em Santa Teresa, no Rio. Cresceu sonhando com Rock Hudson e as bonecas que via nos anúncios da TV, até que sua mãe resolveu carregar aquela criaturazinha indefinida para o médico. Cauteloso, o doutor constatou uma disfunção hormonal no menino que se negava a jogar futebol, e recomendou um tratamento. “Eu era uma criança, mas já sabia que queria ser mulher. Fiz o tratamento, sim. Mas com hormônios femininos”. [...]

Seus relacionamentos, conta, só são completos dentro de quatro paredes. “Aí os companheiros se soltam, se deixam levar pela paixão. Na rua, tem muito medo de serem apontados ou difamados por estarem transando com um travesti”. [...]

Em casa, prefere arrumar móveis e roupas a cozinhar. Mas é especialista em spaghetti a la carbonara. Não faz dieta, nenhum tipo de exercício (talvez, ela não revela, pelo medo de criar músculos tão... masculinos). Divide seu dia-a-dia entre o trabalho, as festas e a companhia da família. Está anos-luz da imagem caricatural do travesti desbocado, escandaloso e depravado. Para falar a verdade, é uma mulher pra homem nenhum botar defeito. Ou ainda, como sussurrou um indiscreto admirador: “Roberta, você é a nora que minha mãe pediu a Deus...” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1984, p. 31).

Como vimos, a desnaturalização do gênero e sexualidade não são sinônimos de subversão (BUTLER, 2002) e Roberta é interpelada na e pela imprensa. O “masculino” (força, músculos), em harmonia com a natureza, é contrastado ao modelo de mulher dócil, produzido pelo dispositivo heterocentrado misógino, que também pode ser usado para desconstruir esses termos. Sua subjetividade torna-se “matéria” nos jornais. Roberta Close, Thelma Lipp, “o fato de poderem aparecer à luz do dia será o sinal de que a regra perde em rigor? Ou será que o fato de atraírem tanta atenção prova a existência de um regime mais severo e a preocupação de exercer-se sobre elas um controle direto?”, pergunto, parafraseando Foucault (2012a, p. 48). Roberta ajuda a submeter o feminino ao modelo naturalizado de corpo vigente, calcado no corpo não-trans, percebido como dentro da norma. Complica a ideia de “mulher de verdade”, aproximando-se ao mesmo tempo dessa construção em sua subjetivação.

Na esteira do acontecimento Roberta Close, Thelma Lipp assume, em meados dos anos oitenta, o *status* de musa paulista. Na condição de jurada do concurso televisivo *Eles e elas*, quadro do *Clube do Bolinha*, programa de auditório da TV Bandeirantes, notabiliza-se. A atração reproduzia um cenário recorrente da televisão do período: incluía mulheres desnudas no palco e performances de artistas de música popular, além do formato *show* de calouros, com números de dublagem protagonizados por travestis. Em cena, admitida como celebridade, Thelma é investida de elogios por “passar por mulher”, destacada em função do grau de credibilidade visual atribuída à sua performance de gênero. Participa, assim, de uma economia discursiva que, provocando a explosão visível de corpos, gêneros, desejos, sexualidades, constituía um dispositivo<sup>3</sup> de hipervisibilização, permitido, naquele momento, pela proliferação de domicílios com televisores (RODRIGUES, 2014). Essa economia política explorava a vontade de saber e de ver, obstinando-se em formar públicos, in-formar<sup>4</sup> as subjetividades:

#### **Um curso para os travestis se transformarem em moças finas**

Chega de plumas voando desordenadamente para todos os lados. Fim da maquiagem carregada e nada dessas cruzadas de pernas espalhafatosas que dão para enxergar até a alma. Agora, nossos travestis serão moças finas, de causar inveja às mais elegantes damas da sociedade. [...]

A ideia é refinar a coisa, tirar essa imagem de grotesco que acompanha os travestis. [...] Os travestis são pessoas talentosas, criativas, mas não tem assessoramento. Não podem, por exemplo, frequentar uma escola de manequins, pois são barrados. [...]

Thelma Lipp – Ricardo Franco na certidão de nascimento – está ajudando a organizar o curso. 20 anos, morena bonita e sensual, também será uma das alunas.

“Está se abrindo um novo campo pra gente, um outro tipo de gente quer nos ver e não só aquele pessoal de boate” [...], explica Thelma com voz suave, que atribui o sucesso dos transexuais (ela não gosta do termo travesti) à mudança na cabeça do brasileiro.

Nem um pingo de silicone no corpo, arredondado com a ajuda de injeções de hormônio, Thelma, que se diz com cabeça de mulher desde que nasceu (“Tenho pênis, mas é uma coisa que me foi imposta, o que posso fazer?”), é jurada do “Clube do Bolinha” (programa apresentado aos sábados pela TV Bandeirantes”, modelo de uma confecção paulista, já posou para a Playboy [...] e está com a

<sup>3</sup> O conceito de dispositivo, em Foucault (1995; 2012a), está relacionado à noção de saber-poder e de sujeição, consistindo em relações estratégicas, não apenas estados de dominação. Em Foucault (1994, p. 10), a sexualidade, um dispositivo histórico, articula “a formação dos saberes que a ela se referem, os sistemas de poder que regulam suas práticas e as formas pelas quais os indivíduos podem e devem se reconhecer como sujeitos dessa sexualidade”. Essa crítica, indagando categorias sexuais inequívocas, é ampliada por Judith Butler (2014, p. 253), quem nos ensina que os gêneros, tidos como coerentes (binários, rígidos, essenciais), constituem um mecanismo que serve à regulação de corpos e subjetividades.

<sup>4</sup> In-formar: a hifenização aqui tem por função indicar que as subjetividades são histórica e discursivamente forjadas. A imprensa, enquanto discurso, não apenas “informa”. Como uma pedagogia, “forma”. O que não significa dizer que os sujeitos sejam passivamente moldados por tecnologias, haja vista que as subjetivações comportam acomodações, negociações e resistências, críticas.

agenda cheia de compromissos. “Quase tão lotada quanto a da Roberta Close”, observa, fazendo questão de salientar que não a encara como rival [...] (FOLHA DE SÃO PAULO, 1984, p. 17).

Nesse jogo entre abjeção e interesse, Thelma concorrerá para rasurar a noção de identidade de gênero original, num movimento que combinará acolhida, conformidade e resistência. Assim, tomará posição, constituída como alvo de um “investimento que não tem mais a forma de controle-repressão, mas de controle-estimulação: ‘Fique nu... mas seja magro, bonito, bronzado!’”, conforme nos mostra Foucault (2021, p. 236) sobre os exercícios de poder que exploram, economicamente, a erotização, a pornografia, o nu. Ao negociar o reconhecimento de sua subjetividade, Thelma agencia privilégios para si. Ajuda a tornar possível (tornando dizível, visível) um corpo “transexual”, constituído, em contraste, com noções de travesti como excesso, “indiscreta anatomia”:

#### **Telma Lip brilha como sereia da noite**

A sereia é um nome que já deu capa de revista e foi apontada como a mais séria concorrente de Roberta Close. Realmente, Telma Lip, 21 anos [...] comprova com graça porque é tão admirada. Voz suave, olhar expressivo, ela não tem nada de um travesti. Aliás, este é um rótulo que rejeita. “Eu sou transexual, o que é diferente de um travesti”. Todo o seu jeito de mulher – garante ela – não tem nada de artificial. E se hoje não recorre a operações e outros artifícios do tipo, é porque não sente necessidade [...]. A nudez de Telma Lip foi bastante fotografada para uma revista que está nas bancas anunciando que “a outra mulher mais bonita do Brasil também é homem” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1985, p. 08).

A enunciação jornalística, invocando o biológico, a anatomia, centra o olhar nos corpos ditos díspares. Molda, num movimento de refluxo, os corpos naturalizados como normais. Esforçando-se por divulgar certa ordem discursiva de gênero, produz e prolifera aquilo que busca assujeitar, controlar. Com eficácia política provisória, essa intenção regulatória sugere 1) que a economia heterossexual é sempre tensionada, devendo policiar suas próprias fronteiras, incessantemente; 2) que as políticas de corpos, são históricas, reversíveis, em função da incontabilidade dos discursos, gerando a necessidade de novos regimes regulatórios; 3) que as tecnologias que fazem gêneros inteligíveis nos próprios termos pelos quais são pensadas, fracassam.

Como vimos, a desnaturalização do gênero pode conduzir à reconsolidação da norma hétero (BUTLER, 2020). Ao mesmo tempo, a aliança médico-jurídica que patologiza categorias identitárias oferece a oportunidade de uma contraprática discursiva, excedendo seus próprios propósitos. Assim, Thelma repete, deslocando, os

termos inferiorizantes nos quais é designada, indicando a possibilidade de inversão das injúrias e interpelações (BUTLER, 2020).

Opto aqui por não subestimar a possibilidade de ressignificação desse poder da injúria, poder que prescreve uma “verdade” profunda para o sujeito, interiorizada. Considero que o naturalizar-se e afirmar-se como “o original” e “a norma” são um modo, mas não o único, de autoperpetuação do cisheterossexismo enquanto modelo de assujeitamento. Nesse sentido, privilegio subjetividades que evocam a heterossexualidade e, ao mesmo tempo, a deslocam, sequestram a ordem discursiva que produz corpos abjetos, ordem que amarra o indivíduo a essências. Tomo, assim, o “aparecer” de Thelma como forma de captura do que há de ficcional na subjetividade, que é materializada/corporalizada, não expressiva. Lembro que a subjetivação, em Foucault, constitui-se como tecnologia que gera corpos dóceis, normalizados e, ao mesmo tempo, resistentes (McLAREN, 2016). Esse entendimento afasta a dicotomia poder-liberdade, admitindo como falível a teia finamente tecida para conter, no acontecimento discursivo aleatório, os efeitos inesperados, as singularidades. Podemos assim complexificar a noção de tecnologia como instância autônoma, focalizando, nessa trama, tensões e rupturas:

Os travestis só costumam encontrar trabalho na rua – ou no palco. É o caso de Thelma Lipp, nascida Ricardo, 23 anos, atração do Teatro das Nações.

*Quer dizer que só existem dois caminhos, o palco e a rua? [...]*

**Thelma** – Na Europa, existem travestis que trabalham normalmente como modelo, mas não como travesti trabalhando como modelo. Não se divulga a sua condição sexual. Não é aquela atração como aqui no Brasil. [...]

*Voltando à carreira... Como prolongar a carreira de um travesti? Um dia a velhice chega e aí, como viver? [...]*

**Thelma** – Cheguei à conclusão que é como atriz que pretendo me desenvolver. Tenho obrigação de parar para pensar sobre o que vou fazer, mas ainda não o fiz. [...] Lembro também de outros travestis. A Rogéria tem 45 anos e, poxa, continua. Os caminhos vão se abrindo. [...]

*Travesti é um marginal. Ele é um marginal também em seu próprio meio?*

**Thelma** – O fato da Roberta Close não querer nem sair na mesma página em que eu é um forte exemplo disso. Ela tem preconceito contra todos os travestis. Soube que, no dia da festa de estreia de sua peça, ela disse que não iria admitir nenhum homossexual em sua festa. Ela vive num outro mundo, que não tem nada a ver com a nossa realidade.

*E o futuro próximo? [...]*

**Thelma** – O longa. O início das filmagens está previsto para o carnaval. Um filme sensível, em que sou até um menino (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1986, p. 06).

Thelma, como vimos, testemunha que a natureza do gênero, enquanto performatividade, não é inconstante, mas se exerce punitiva, disfarçando “o consentimento tácito coletivo quanto a representar, produzir e sustentar gêneros polarizados e distintos como ficções culturais” (BUTLER, 2018, p. 06). A linguagem

empregada pelo jornal in-forma sentidos de abjeção, exercitando procedimentos de controle, seleção e organização (FRANZONI; RIBEIRO; LISBOA, 2011), ao enunciar as travestilidades como formas de existência marginais. Praticando uma polícia de gênero, o discurso do jornal enuncia, sob o signo da correção, um corpo dito transexual, “discreto”, em contraste com ideias e noções de travestis como excesso. A vontade de saber e de controle dos jornais e das revistas, colocando o gênero e a sexualidade em discurso, torna dizível, informando como possível, a existência de Thelma, quem re-existe às tentativas de apagamento da sua individuação. Exercitando a criatividade e inteligência, Thelma transforma seu discurso em fazer, seu corpo, gênero, desejos, afetos e sexualidade implicados numa trama que ela integra e usa, um trabalho de si. Tal discursividade articula o mecanismo que consiste em “conduzir condutas”, o qual permite a agência num campo mais ou menos estrito de possibilidades, um poder que não diz só “não”, mas que é produtivo, perpassa o corpo social, induzindo, formando, não apenas reprimindo (FOUCAULT, 2021).

Estou pensando aqui, com Foucault (2021), a complexidade das relações de poder que transpassam corpos e, como consequência desse investimento, geram não só o desejo insistente, obstinado, do próprio corpo, mas também a reivindicação do corpo na forma de contraofensivas, disputas, negociações. Thelma, ao relatar a si mesma, transforma seu corpo em lugar de transmissão e replicação do poder, uma ação ética (BUTLER, 2017). Estou admitindo, com Butler (2021), que o discurso de ódio constitui-se como um esforço para assujeitar por meios discursivos, mas que os efeitos produzidos por esses discursos não são finais, definitivos, havendo a possibilidade de interrompermos e subvertermos essa constituição injuriosa. A noção de abjeção (que remete a imagens corporais que excedem os gêneros binários, aproximando-as do domínio do desumanizado) permite pensar, portanto, os discursos que fundamentam e consolidam o cissexismo, a homofobia, a misoginia, os racismos; discursos que ocultam as possibilidades performativas de proliferação de gêneros/sexualidades não coerentes com a matriz heterossexual branca e cisgênera (BUTLER, 2015).

Estou abordando o gênero aqui como tecnologia biopolítica (PRECIADO, 2017), que funciona pela invocação de identidades coerentes, sexuadas. Tecnologia que produz como descartáveis vidas que são necessárias à fabricação dos corpos que importam (BUTLER, 2020). Bionecropoder que, exercido a partir de instituições da justiça, da polícia, da medicina, do jornalismo, captura existências em seus cálculos estratégicos sobre vida e morte. Constitui uma racionalidade, obstinada em ordenar,

vigiar corpos, subjetividades, expondo os gêneros ilegíveis (segundo a matriz heteronormativa masculinista) a assédios, patologizações. Violências como as vividas por Thelma, quem, hipervisibilizada na década de oitenta, enxergou, na condição posterior do anonimato, afastada de luzes, *flashes*, refletores, um abalo.

### **Considerações finais**

O acontecimento Thelma Lipp permite, pensando o poder como relação, complicar a análise das técnicas de governo do “outro” e das técnicas de si. Thelma, ao desafiar o presumido dimorfismo sexual, construindo sua individuação como transexual, esgarça a micropolítica de gênero que se obstina em amarrar poder-verdade-subjetividade. Aqui acompanho Foucault (1995) ao propor que a análise das relações de poder deve partir dos antagonismos estratégicos. Assim, opto por realçar a potencialidade crítica de subjetividades que exercitam a interrogação do estatuto de sujeito normalizado. Sem minimizar os efeitos produzidos por normalizações violentas (que buscam assujeitar através de meios discursivos), lembro que o discurso “não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar” (FOUCAULT, 2012b, p. 10).

Ao abordar, enquanto discursos, os conjuntos noticiosos que constituí como fontes, busquei, em vez de renaturalizar normatizações, tomar as relações de poder como modificáveis, considerando pontos de desequilíbrio, lutas questionadoras. Admitindo a mobilidade e instabilidade do poder, privilegiei modos de vida que minam a política precarizante (BUTLER, 2011), a qual vulnerabiliza existências. Política que, ora oferece um nome, um “rosto”, ora produz apagamentos, nutrindo-se dos modos como desejamos ser vistos. Ao analisar as espirais de saber-prazer-poder que articulam o incitar, conduzir, motivar, seduzir, evitei leituras apressadas que não enxergam na repetição subversiva modos de afirmar a vida do corpo, criando singularidades. Sem desconsiderar que a auto-exposição, a publicização de si alimenta a vigilância, o controle, a super-visão, propus, assim, pensar lutas que são difusas, re-existências, contrapráticas que implicam agenciamentos, modulações, articulações, traduzidas aqui como jogos de poder entre liberdades.

## Referências

ARAÚJO, Inês Lacerda. *Formação discursiva como conceito chave para a arqueogenealogia de Foucault*. **Revista Aulas**, Campinas, n. 3, 2007, p. 01-24.

BONASSI, Brune Camillo. **Cisnorma**: acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero. 2017. 121 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

BUTLER, Judith. *Criticamente subversiva*. In: JIMÉNEZ, Rafael. M. Mérida. (org.). **Sexualidades transgressoras**: uma antologia de estudos queer. Barcelona: Icaria editorial, 2002. p. 55-80.

\_\_\_\_\_. *Vida precária*. Tradução de Angelo Marcelo Vasco. **Contemporânea**, São Carlos, v. 1, n. 1, p. 13-33, 2011.

\_\_\_\_\_. *Regulações de Gênero*. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 42, p. 249-274, 2014.

\_\_\_\_\_. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

\_\_\_\_\_. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Tradução: Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

\_\_\_\_\_. *Os atos performativos e a constituição do gênero*: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. **Caderno de leituras**, n. 78, p. 2-16, 2018.

\_\_\_\_\_. **Corpos em aliança e política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Tradução de Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

\_\_\_\_\_. **Corpos que importam**. Os limites discursivos do “sexo”. Tradução de Veronica Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: n-1 edições, 2020.

\_\_\_\_\_. **Discurso de ódio**: uma política do performativo. Tradução de Roberta Fabbri Viscardi. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

DE LUCA, Tania Regina. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanesi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 139-140.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2**: o uso dos prazeres. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhon Albuquerque. São Paulo: Edições Graal, 1994.

\_\_\_\_\_. *O sujeito e o poder*. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade 1: a vontade de saber.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhon Albuquerque. São Paulo: Edições Graal, 2012a.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso.** Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Ed. Loyola, 2012b.

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber.** Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder.** Organização e tradução de Roberto Machado. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FRANZONI, Sabrina; RIBEIRO, Daiane Bertasso; LISBOA, Sílvia Saraiva de Macedo. *A verdade no jornalismo: relações entre prática e discurso.* **Verso e Reverso**, Porto Alegre, p. 45-52, 2011.

LOPES, Fábio Henrique. *Cisgeneridade e historiografia: um debate necessário.* In: SOUSA NETO, Miguel Rodrigues; GOMES, Aguinaldo Rodrigues. **História e teoria queer.** Salvador: Devires, 2018.

McLAREN, Margareth. **Foucault, feminismo e subjetividade.** São Paulo: Intermeios, 2016.

MOURA, Maria Betânia do Socorro. *Memória discursiva em Foucault e acontecimento jornalístico.* **WEB, BOCC**, Brasil/Espanha/Portugal, p. 01-12, 2008.

PRECIADO, Paul B. *Entrevista com Beatriz Preciado*, por Jesús Carrillo. **Revista Poiésis**, Niterói, n. 15, p. 47-71, 2010.

\_\_\_\_\_. **Manifesto contrassexual.** Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: N-1 edições, 2017.

\_\_\_\_\_. *Lixo e Gênero, Mijar/Cagar, Masculino/Feminino.* Tradução de Davi Giordano e Helder Thiago Maia. **Performatus**, n. 20, 2019.

RITO, Lucia. **Muito prazer, Roberta Close.** Rio de Janeiro: Record, 1998.

RODRIGUES, Rita de Cassia Colaço. *De Denner a Chrysóstomo, a repressão invisibilizada: as homossexualidades na ditadura.* In: GREEN, James; QUINALHA, Renan. **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade.** São Carlos: EdUFSCar, 2014. p. 201-244.

VOGEL, Daisi Irmgard. *Sobre Foucault e o jornalismo.* **Verso e Reverso**, Porto Alegre, v. 23, n. 53, 2009.

---

**Marcio Nicolau**

Doutorando e Mestre em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ.  
Graduado em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO.

**Currículo Lattes:**

<http://lattes.cnpq.br/8601637599118077>

---

**Artigo recebido em:** 01 de Outubro de 2021.

**Artigo aprovado em:** 16 de Janeiro de 2022.